

Renegociação da dívida traria recessão profunda

Se o Brasil tivesse que renegociar sua dívida externa com os banqueiros internacionais ou através do Fundo Monetário Internacional (FMI), enfrentaria uma crise cambial e uma recessão econômica muito mais profunda e duradouras, disse ontem o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, em conferência na Escola Superior de Guerra.

Segundo ele, foi exatamente para evitar esta recessão mais dolorosa do ponto de vista econômico e social e com consequências políticas muito mais sérias provocadas por "um ajustamento compulsório", que o Governo optou pelo "ajustamento voluntário" da economia.

— O Brasil tem ainda muita gordura a ser queimada. E como é um país grande e rico, com fronteiras agrícolas ainda inexploradas, tem fôlego suficiente para suportar mais esta perda de peso.

A FALÁCIA DA RENEGOCIAÇÃO

O presidente do Banco Central, que falou sobre a "Crise mundial e o ajustamento da economia brasileira", reconheceu o caráter recessivo das últimas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mas frisou que, "face a uma menor disponibilidade efetiva de recursos externos, mesmo para países como o Brasil, que contam com excelente credibilidade externa, não é possível haver ilusões quanto à existência de soluções sem custo".

Aos que defendem "soluções mágicas" para o Brasil frente à crise internacional e à redução do crédito externo, "como renegociação da dívida sem FMI ou FMI sem renegociação", Langoni responde que não passam de falácias.

Essas pessoas, na opinião do presidente do Banco Central, se esquecem que a renegociação, por si só, só adia o ajustamento da economia.

— Na realidade — argumentou — ao se transformar num verdadeiro atalho para o FMI, a renegociação leva necessariamente a um processo compulsório de ajustamento, muito doloroso.

Acrescentou que os que fazem proposta partem do pressuposto absolutamente falso de que é possível tratar como compartimentos e ataques a conta de comércio e de capital no balanço de pagamentos.

— A credibilidade de um país não pode ser segmentada. A suspensão das contas financeiras leva automaticamente à interrupção dos créditos comerciais, cuja consequência seria um dramático corte de importações, com impacto recessivo. Os exemplos do México e da Polônia apontam nessa direção.

OS PRINCIPAIS PONTOS DA CONFERÊNCIA

- O crédito externo vai diminuir.
- Não há lugar para soluções mágicas em relação à dívida externa.
- O Brasil tem muita gordura para queimar.
- É preciso cortar o déficit do setor público pela metade.
- É necessário rever o papel do Estado na economia.

CORTAR O DÉFICIT PELA METADE

O presidente do Banco Central crê na capacidade de o País se adaptar a sucessivos graus de restrições externas, sem recorrer ao FMI ou renegociar a dívida externa.

O que diferencia o Brasil dos demais países tomadores de recursos, segundo ele, é o perfil da dívida externa, a estrutura diversificada das exportações; a flexibilidade na política cambial e sobretudo "a vontade política de fazer a tempo o ajustamento econômico".

Mais do que nunca, agora, acentua, será necessário prosseguir nesta direção. Além das medidas monetárias já adotadas pelo Governo, para evitar uma expansão da moeda muito acelerada no final do ano, "será preciso baixar medidas restritivas no campo fiscal". O déficit fiscal, que está estimado em Cr\$ 2,9 trilhões (5,7 por cento do Produto Interno Bruto), na opinião de Langoni terá que ser reduzido pela metade em dois anos. Para isso, será necessário diminuir os subsídios e incentivos fiscais, que representam 68 por cento deste déficit.

Ainda a curto prazo, é preciso também "manter o realismo das taxas de juros, dos preços domésticos, do câmbio e da correção monetária".

A médio prazo, Langoni propôs que seja iniciado o processo de modernização institucional para adaptar os instrumentos

da ação econômica e social à nova realidade brasileira. Disse que é um campo amplo, que inclui relações trabalhistas, salários, previdência social e sobretudo os mecanismos de controle da ação do Estado na economia.

Segundo ele, o déficit público, mais do que um problema orçamentário, é antes de mais nada uma questão de definição política quanto aos limites do poder e ação do Estado.

A longo prazo, afirmou que necessariamente terá que ser feita uma revisão cuidadosa de prioridades e uma reavaliação na escala de investimentos socialmente viáveis.

A RETOMADA DA CAPTAÇÃO

A resposta de Langoni à afirmação do empresário Ermirio de Moraes de que o Brasil está se preparando para recorrer ao FMI é de que se trata de uma previsão pessoal e precipitada.

— No passado houve previsões como estas que não se concretizaram. No final de 80, diziam que em 81 iríamos ao FMI, e passamos o ano passado incólumes.

Uma prova de que a declaração é precipitada, segundo o presidente do Banco Central, é que o mercado financeiro internacional já se normalizou e a captação externa brasileira começou a fluir novamente. O País, a seu ver, não terá dificuldades para fechar o balanço de pagamentos este ano. Conseguirá os US\$ 4 bilhões de que necessita (até agosto, já captou US\$ 12,9 bilhões e detém reservas de US\$ 7 bilhões).

Há aspectos favoráveis na área externa como o nível das taxas de juros, que deverá permanecer em 12 por cento, e a estabilidade do preço do petróleo. Além disso, informou Langoni, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não falam mais em promoção para o Brasil.

— Pelo contrário, estão dispostos a aumentar o volume de empréstimos para o País. Os desembolsos dessas instituições já alcançaram US\$ 800 milhões, este ano, e querem ampliar a concessão de crédito.

Em outubro haverá uma reunião do Banco Mundial no Rio de Janeiro exatamente para discutir este assunto. Quanto ao FMI, Langoni defendeu a ampliação das quotas e maior flexibilidade nas regras de acesso (as condicionalidades) por serem "fundamentais, mesmo para os países que não necessitam ir ao FMI, pelo impacto positivo que teriam sobre o grau de incerteza no mercado financeiro internacional".

O DÉFICIT PÚBLICO EM BILHÕES

	1979	1980	1981	1982
1 — subsídios e incentivos fiscais	285,6	914,1	1231,3	2020,9
2 — o déficit global	518,7	874,9	1495,1	2958,5
3 — subsídios/déficit	55,1	104,5	82,4	68,3
4 — déficit/PIB (%)	8,3	6,7	5,6	5,7